

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6787, DE 2016, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA O DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO, E A LEI Nº 6.019, DE 3 DE JANEIRO DE 1974, PARA DISPOR SOBRE ELEIÇÕES DE REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES NO LOCAL DE TRABALHO E SOBRE TRABALHO TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

REQUERIMENTO nº , de 2017

(Do Sr. ROGÉRIO MARINHO)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, com a presença de Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Representante da Confederação Nacional do Transporte – CNT; Representante da Confederação Nacional do Transporte – CNT; Confederação Nacional da Saúde – CNS.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 24, inciso XIII, do Regimento Interno, requiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, que “Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências”, para discutir os aspectos relativos ao direito coletivo do trabalho, com a presença dos seguintes convidados:

- 1) Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI;

- 2) Representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
- 3) Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
- 4) Representante da Confederação Nacional do Transporte – CNT;
- 5) Confederação Nacional da Saúde – CNS.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Comissão Especial foi instalada com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, denominado de Reforma Trabalhista.

Com efeito, a proposta traz algumas inovações na legislação trabalhista e tem por objetivo modernizar as relações entre o capital e o trabalho.

Como a proposta engloba aspectos de variadas ordens, entendemos que os assuntos devem ser abordados em diversas audiências públicas.

Nesta oportunidade, para discutir os temas pertinentes ao direito coletivo do trabalho, propomos que sejam ouvidos os representantes das confederações patronais.

Desse modo, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado ROGÉRIO MARINHO

Documento1